

ÁGUA PARA QUEM? ÁGUA PARA QUÊ? CONFLITOS POR ÁGUA NOS ASSENTAMENTOS DA REFORMA AGRÁRIA EM ÁREAS DE MODERNIZAÇÃO AGRÍCOLA

Carla Gualdani¹

Fernando Luiz Araújo Sobrinho²

RESUMO

A água, elemento essencial à vida, é foco de conflitos intensos, especialmente em regiões onde a agricultura intensiva avança sobre assentamentos rurais, como no Noroeste de Minas Gerais. A Revolução Verde introduziu um modelo agrícola que prioriza monoculturas e exige grandes quantidades de água e de terra, resultando em concentração de recursos em grandes propriedades. Esse modelo, amparado por políticas públicas e voltado para o mercado internacional, amplifica desigualdades no acesso aos recursos naturais, impactando comunidades rurais e camponeses. A partir de trabalhos de campo e entrevistas com atores locais, foi constatado que o acesso à água nessas áreas, não é permanente nem suficiente para o atendimento das necessidades básicas das famílias assentadas. A carência hídrica força os assentados à sujeição de práticas e trocas desiguais e desvantajosas, como arrendamentos ou parcerias agrícolas, comprometendo sua autonomia e deixando-os vulneráveis. A irrigação intensiva, frequentemente realizada sem regulamentação adequada, agrava ainda mais os conflitos pelo recurso, ameaçando a segurança hídrica das populações locais. Organizados em movimentos sociais, esses grupos lutam por direitos de acesso à terra e à água, bem como por uma redistribuição de recursos e por melhorias na infraestrutura de saneamento. A gestão da água, portanto, configura-se como um desafio fundamental que exige a consideração tanto da disponibilidade natural quanto das dimensões política e territorial do acesso ao recurso.

Palavras-chave: acesso à água; luta pela terra; disputas; segurança hídrica; acesso à terra.

¹ Pesquisadora no Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – IPEA, carlotageografa@gmail.com

² Professor Adjunto do Departamento de Geografia da Universidade de Brasília – UnB, flasobrinho@unb.br

WATER FOR WHOM? WATER FOR WHAT? WATER CONFLICTS IN AGRARIAN REFORM SETTLEMENTS IN AREAS OF AGRICULTURAL MODERNIZATION

ABSTRACT

Water, an essential element for life, is the focus of intense conflicts, especially in regions where intensive agriculture encroaches upon rural settlements, such as in the northwest of Minas Gerais. The Green Revolution introduced an agricultural model that prioritizes monocultures and requires large quantities of water and land, resulting in a concentration of resources on large properties. This model, supported by public policies and geared towards the international market, amplifies inequalities in access to natural resources, impacting rural communities and small farmers. Through fieldwork and interviews with local actors, it was found that access to water in these areas is neither permanent nor sufficient to meet the basic needs of settled families. Water scarcity forces settlers into unequal and disadvantageous practices and exchanges, such as leasing or agricultural partnerships, compromising their autonomy and leaving them vulnerable. Intensive irrigation, often carried out without proper regulation, further exacerbates conflicts over the resource, threatening the water security of local populations. Organized in social movements, these groups fight for rights to land and water access, as well as for resource redistribution and improvements in sanitation infrastructure. Water management, therefore, constitutes a fundamental challenge that requires consideration of both natural availability and the political and territorial dimensions of resource access.

Keywords: access to water; fight for land; disputes; water security; access to land.

¿AGUA PARA QUIÉN? ¿AGUA PARA QUÉ? CONFLICTOS POR EL AGUA EN ASENTAMIENTOS DE LA REFORMA AGRARIA EN ÁREAS DE MODERNIZACIÓN AGRÍCOLA

RESUMEN

El agua, elemento esencial para la vida, es el foco de intensos conflictos, especialmente en regiones donde la agricultura intensiva avanza sobre asentamientos rurales, como en el Noroeste de Minas Gerais. La Revolución Verde introdujo un modelo agrícola que prioriza los monocultivos y requiere grandes cantidades de agua y tierra, resultando en la concentración de recursos en grandes propiedades. Este modelo, respaldado por políticas públicas y orientado al mercado internacional, amplifica las desigualdades en el acceso a los recursos naturales, afectando a comunidades rurales y pequeños agricultores. A través de trabajos de campo y entrevistas con actores locales, se constató que el acceso al agua en estas áreas no es permanente ni suficiente para satisfacer las necesidades básicas de las familias asentadas. La escasez de agua obliga a los asentados a someterse a prácticas y intercambios desiguales y desventajosos, como arrendamientos o asociaciones agrícolas, comprometiendo su autonomía y dejándolos vulnerables. La irrigación intensiva, a menudo realizada sin una regulación adecuada, agrava aún más los conflictos por el recurso, amenazando la seguridad hídrica de las poblaciones locales. Organizados en movimientos sociales, estos grupos luchan por derechos de acceso a la tierra y al agua, así como por una redistribución de recursos y mejoras en la infraestructura de saneamiento. La

gestión del agua, por lo tanto, se configura como un desafío fundamental que exige considerar tanto la disponibilidad natural como las dimensiones políticas y territoriales del acceso a este recurso.

Palabras clave: acceso al agua; lucha por la tierra; disputas; seguridad hídrica; acceso a la tierra.

INTRODUÇÃO

A água entendida como elemento básico para a vida e, para o desenvolvimento de inúmeras atividades, se encontra nesse momento da história da humanidade submetida a diferentes fenômenos sociais e ambientais. Um deles é a intensificação de conflitos de usos múltiplos e a crescente demanda por diferentes atores da sociedade. Dessa forma, tem se acentuado a necessidade de mediações em um cenário de mudanças climáticas, especialmente quanto à forma de produção de alimentos, do acesso à água e de prioridades em seus usos.

A Revolução Verde, formatou um modelo técnico para a produção de alimentos que tenta uniformizar o padrão de consumo alimentar no planeta, bem como depende de recursos naturais, principalmente, solo e água de boa qualidade e abundantes para sua manutenção (CARTER, 2010; SHIVA, 1993). Portanto, a forma de produção que se territorializa na região de estudo, Noroeste do Estado de Minas Gerais, Brasil, vincula-se ao modelo subsidiado pelo Estado e validado economicamente, marcado por ciclos produtivos e econômicos, pautados na grande concentração fundiária e de riquezas.

A utilização dos recursos naturais e a distribuição destas riquezas geradas, muitas vezes pautados por jogos de forças políticas desiguais e concentradas no espaço geográfico, desencadearam fenômenos de reivindicação de direitos por determinados grupos de atores, a partir da ocupação de terras improdutivas por movimentos socioterritoriais organizados, de trabalhadores sem acesso à terra para produção. Os assentamentos rurais são fruto destas reivindicações diante de um quadro de concentração e exclusão do mundo do trabalho e dos direitos básicos ao longo do processo de ocupação de terras, de parcela significativa de trabalhadores rurais e urbanos. Estes através da organização em movimentos de luta pela terra e em um contexto político favorável, obtiveram resultados a partir da garantia de acesso à terra para inúmeras famílias na região de estudo.

Frederico (2011) se refere à região de estudo, como uma das principais produtoras de grãos do país: soja, algodão herbáceo, milho e café, tendo os maiores índices de produtividade em

comparação com outras regiões do Brasil, embora haja sérios problemas de concentração de bens e riquezas no campo e nas cidades, já que estes lugares estão submetidos a uma regulação externa, condicionando as técnicas de manejo, os insumos usados, a logística, os créditos, os preços e os produtos a necessidades alheias a estes territórios. Esse processo de modernização agrícola “artificializou” a terra, já que as características naturais desse espaço foram modificadas a partir dos grandes investimentos em grandes extensões de terra, maquinários e logo capital circulante (MATOS; PESSOA, 2014).

A região da pesquisa passou, por grandes transformações socioespaciais, já que o objetivo dos programas governamentais ali desenvolvidos era a otimização da produção a fim de atender demandas do mercado internacional, requerendo para isso uma reconfiguração do espaço em suas formas e funções (SANTOS; SILVEIRA, 2003). A partir da monopolização do território e a territorialização do grande capital por meio de redes agroindustriais, o desenvolvimento destes espaços se deu de forma desigual, com a presença de espaços de exclusão, onde a racionalização do mesmo, junto da forte densidade técnica e normativa, culminou na privatização da terra e da água.

Nas áreas rurais brasileiras, o acesso à água muitas vezes acaba comprometido pela falta de infraestrutura de captação e distribuição, afetando a segurança hídrica e alimentar da população local, já que grande parte dos camponeses também produz para o autoconsumo de suas famílias dependendo dos recursos hídricos disponíveis. Em regiões com estações do ano bem delimitadas e baixa pluviosidade por longos períodos do ano, cerca de quatro meses, como é caso da região do estudo no bioma Cerrado, a garantia de acesso a este recurso se torna vital. Portanto, sobre a distribuição dos recursos hídricos temos, o que Ribeiro (2008) chama de distribuição política da água, ao mesmo tempo em que se deve analisar a disponibilidade natural do recurso, também deve estar garantido o acesso político e, portanto, territorial à água.

Nos últimos anos, em áreas de grande produção de grãos, os conflitos por água se acentuam, já que a tecnologia para a irrigação (pivôs de irrigação centra³) vem sendo amplamente utilizada, por grupos de atores vinculados ao agronegócio de *comodities* para exportação, que tiveram acesso à créditos, fazendo com que a captação aumentasse significativamente a fim de garantir a produção nos

³ O Brasil é um dos países que mais se consolidou na utilização de tecnologia para irrigação através da assimilação ao pacote tecnológico dos pivôs centrais de irrigação.

períodos de estiagem. Além disso, barragens sem autorização legal, tem sido construídas, de modo a garantir o funcionamento das tecnologias de irrigação, comprometendo diversas comunidades, já que os cursos de água são barrados impedindo o acesso e captação de quem está a jusante, conforme relatos verificados em campo.

De acordo com informações do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS, 2018), somente 27% da população rural de baixa renda no país possui ligação do domicílio a uma rede pública de abastecimento de água. Esse quadro coloca tais famílias em situações tais como, percorrer longas distâncias para dispor de água, muitas vezes de baixa qualidade para a saúde. Para além do aceso e quantidades suficientes para o desenvolvimento das atividades produtivas, as atividades domésticas como água de beber, cozinhar e higiene básica, deve ter critérios básicos de potabilidade, portanto, quantidade e qualidade estão imbricadas na garantia de acesso à água para as famílias do campo brasileiro.

METODOLOGIA

A partir de metodologia qualitativa, com a realização de trabalhos de campo e aplicação de entrevistas à atores chaves, foram identificadas as formas de acesso à água por parte dos assentados, tendo como recorte espacial, os assentamentos da reforma agrária do município de Buritis, localizado na região Noroeste do estado de Minas Gerais. Também foram identificados nas bases de dados do Instituto Mineiro de Gestão das Águas (IGAM), as áreas com conflitos por água identificados. Foram sistematizadas denúncias por parte dos camponeses às instituições públicas sobre insegurança hídrica e conflitos por água no município de Buritis, no período de 2013 a 2018. A pesquisa faz parte do desenvolvimento da tese de doutorado da autora desenvolvido no período de 2016 à 2019.

REFERENCIAL TEÓRICO

A distribuição e o acesso à infraestrutura como saneamento básico, o que inclui acesso à água, é bastante desigual entre áreas rurais e urbanas no Brasil e mais acentuado nos espaços de exclusão (ELIAS, 2015) de áreas da moderna agricultura, onde predominam atividades do agronegócio, já que além da ausência de equipamentos públicos, conflitos por disputa de água para diferentes usos tem sido recorrentes e tem se reproduzido nos assentamentos rurais. A autora aponta que nessas regiões,

os espaços de exclusão não estão vinculados à lógica do agronegócio e por isso não recebem os mesmos investimentos em infraestrutura.

Nesse sentido constata-se que a área de expansão do plantio de soja para a região Noroeste de Minas Gerais e entorno do Distrito Federal, coincide com a área de grande implantação de assentamentos rurais, em proporção para o estado de Minas Gerais, abrangendo a área de estudo (FREDERICO, 2013; DAVID et al, 1997). Nesse caso especificamente, devido ao grande número de assentamentos implantados na região, as disputas giram mais em torno do acesso aos recursos naturais, já que o acesso à terra foi garantido.

Assim, é possível afirmar, que usos da terra e territorialidades distintas vão se sobrepondo, ou se enfrentando, à medida que o avanço da produção de grãos, para o caso em estudo, se aproxima dos assentamentos da reforma agrária, que possuem lógicas distintas de produção e reprodução social. Dessa forma, apresenta-se e discute-se as dinâmicas que vem ocorrendo nesse contexto de usos múltiplos da água em territórios onde a presença de assentados e empresas do agronegócio, possuem lógicas e forças políticas e sociais, bem como acesso à infraestrutura básica, distintos e desiguais.

Os interesses do capital nos processos de desenvolvimento em ampliar seu processo de reprodução, têm gerado desequilíbrios e espaços privilegiados, aumentando ou mantendo as desigualdades históricas. As renovações no espaço geográfico, se dão a partir das renovações das forças produtivas e consequentemente das relações de trabalho, de novos instrumentos tecnológicos e novas práticas sociais, mudando assim o funcionamento do espaço (SANTOS, 1999).

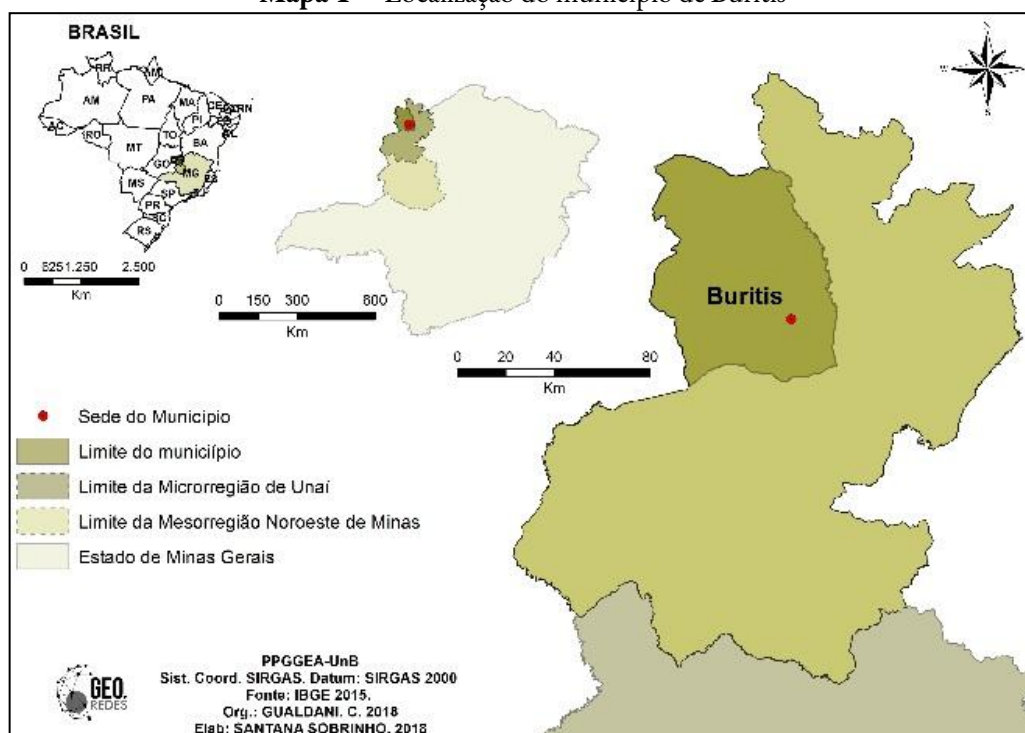
Para Harvey (2011), as diferenças geográficas vão além dos legados históricos e estão relacionadas também a estruturas político-econômicas que reconfiguram o presente. A influência do capital internacional baseado na maximização de lucros está por trás das atuais políticas que remodelam os espaços. Graças às dinâmicas nas atividades agrícolas brasileiras novas reorganizações vem ocorrendo, reconfigurando antigas regionalizações pautadas em outros modelos de produção, usos, funções e expropriações no campo.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Localizado na Mesorregião Noroeste de Minas Gerais e Microrregião de Unaí, conforme Mapa 1, o município de Buritis, apresenta características de municípios que vem passando pela expansão da moderna agricultura. O mesmo possui população estimada em 27.9992 pessoas (IBGE,

2022). É um município rodeado de serras, sendo a Serra Geral a leste e a oeste, as Serras do Planalto Central, possuindo clima Tropical e grande disponibilidade hídrica, fazendo parte da bacia hidrográfica do Rio Urucuia, importante afluente do Rio São Francisco, também tendo destaque o aquífero Urucuia.

Mapa 1 - Localização do município de Buritis



Fonte: elaboração dos autores.

Buritis se enquadra como um município com médio IDH (Índice de Desenvolvimento Humano), abaixo da média nacional e do estado de Minas Gerais, tendo na última década chegado a 0,672. (IBGE, 2021). Chama atenção também dados relacionados ao rendimento domiciliar per capita, já que 80% da população municipal recebe até 2 salários mínimos, sendo considerado um baixo rendimento diante da geração de riquezas oriundas da produção agrícola municipal. Se destaca como o terceiro município em produtividade de soja do estado, assim como de feijão e o quarto maior produtor de milho, se destacando entre municípios como Paracatu, Unai e Uberaba, do estado de Minas Gerais e Cristalina e Formosa em Goiás.

O município possui 24 (vinte e quatro) assentamentos rurais, também denominados PAs (Projetos de Assentamentos), termo de uma das categorias existentes para assentamentos da reforma

agrária, conforme denominações do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), instituição responsável pela Política Nacional de Reforma Agrária. Do total de assentamentos em Buritis, o primeiro foi homologado em 1996 e o último em 2014, portanto a realidade destes não é homogênea em termos de consolidação e territorialização.

Os assentamentos de reforma agrária, são áreas designadas para garantir acesso à terra para camponeses, partir da modificação no regime de sua posse e uso, para o atendimento dos princípios da justiça social. (INCRA, 2017). Geralmente a política de assentamentos rurais no Brasil, seguem alguns ritos em termos de garantia de direitos básicos dessas famílias assentadas, já que após a desapropriação de áreas improdutivas, e a legalização dos assentamentos, outros programas como de habitação rural, iluminação, crédito, vão sendo aos poucos disponibilizados e dinamizando essas áreas e as vidas das famílias ali instaladas.

Com relação à água, não há programas que garantam sua acessibilidade e regularidade contínua em todos os assentamentos, ou seja, caso estejam em áreas de difícil obtenção de água, não disponibilidade de um curso de água ou com grandes dificuldades de alcançar água subterrânea por meio de poços e escavações, os assentados se encontram em situação de insegurança hídrica. Identificou-se nos trabalhos de campo, que o acesso à água não é garantido de forma permanente e necessária para a manutenção de atividades domésticas básicas das famílias, muito menos produtivas, função essa, da desapropriação de terras para a reforma agrária.

Identificou-se também a violação do direito ao acesso à água pelos assentados no município, e por outra perspectiva, o aumento da produção de grãos e da instalação de sistemas modernos de irrigação neste mesmo espaço. Dessa maneira, pode-se afirmar que uma das estratégias para a manutenção e superação dos índices produtivos de grãos, é a privatização da água, não a tornando mercadoria diretamente, mas impedindo acessos ou diminuindo vazão. O comprometimento dos recursos hídricos em nível municipal e da bacia hidrográfica do rio Urucuia, é uma das formas de territorialização do poder desse capital vinculado à produção de grãos.

Diante dos impactos sentidos, a população vem se mobilizando e fazendo ações à medida que tal disputa se acirra. A instalação de pivôs de irrigação central tem se difundido na região em maior número e fazendo com que barramentos tenham sido feitos nos cursos de água para justamente permitir o funcionamento destes equipamentos. A partir da realização de registros fotográficos

produzidos pelos movimentos socioterritoriais no município, foi elaborado material de divulgação do que vem ocorrendo com os cursos d'água no município, tendo sido detectadas intervenções em áreas de preservação permanente e instalação de pivôs de irrigação central.

Figura 1 – Mobilização dos movimentos socioterritoriais de Buritis



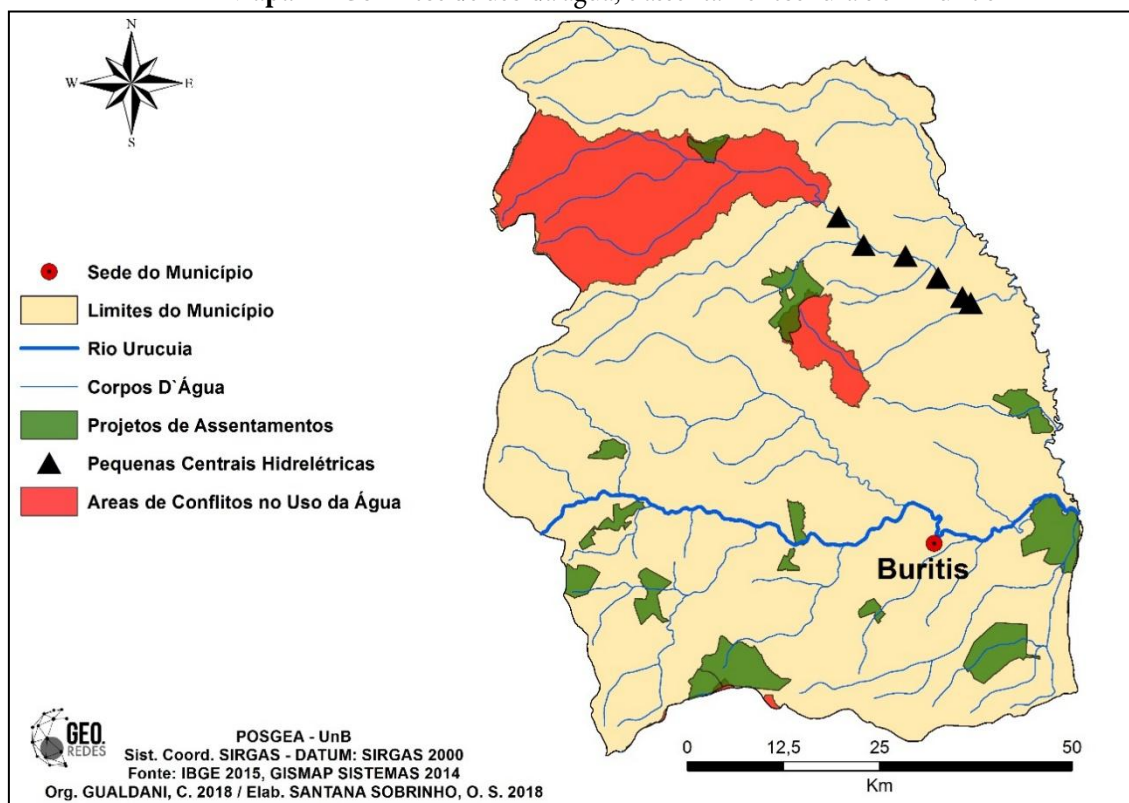
Fonte: grupos das redes sociais, 2018.

Vale ressaltar, que essas mobilizações e ações tem apoio do Comitê de Defesa da Bacia Hidrográfica do Rio Urucuia (COMDHURU), identificado como um movimento social paralelo ao Comitê da Bacia Hidrográfica do Urucuia oficial, já que neste último, os camponeses afirmam terem perdido voz e voto, devido ao peso dos representantes do agronegócio. Assim se organizaram em um movimento paralelo, mas com mesmo recorte geográfico, dada a gravidade da situação referente aos recursos hídricos.

O Mapa 2, demonstra a rede hidrográfica do município de Buritis com destaque para áreas de conflito pelo uso da água, bem como as Pequenas Centrais Hidrelétricas construídas, tema que não será problematizado aqui, embora seja também de extrema relevância no contexto de usos múltiplos da água, passando pela geração de energia. As áreas de delimitação dos conflitos, foram identificadas a partir de informações produzidas e sistematizadas pelo Instituto Mineiro de Gestão

das Águas (IGAM), com base nas outorgas e na disponibilidade hídrica de cada bacia e micro bacia hidrográfica, sistematizadas em base de dados disponível em sua plataforma virtual, tendo sido extraídas e reproduzidas, conforme Mapa 2.

Mapa 2 - Conflitos de uso da água, e assentamentos rurais em Buritis



Fonte: Gualdani (Org.) (2018).

Essas informações quando comparadas ao aumento da produção de grãos e instalação de sistemas para irrigação dos cultivos, no caso os pivôs centrais, como anteriormente demonstrado, reflete nos depoimentos e informações coletadas em entrevistas junto aos camponeses do município, na dificuldade que os mesmos vêm enfrentando para garantir seu acesso contínuo à água para consumo e produção de suas famílias.

A maior área de conflito identificada nos mapas com base nas informações do IGAM (2018), se refere ao Ribeirão Pinduca e seus tributários, Córrego São João e Córrego da Ponte, todos tributários do Rio Urucuia; já a segunda área de conflito identificada, se refere ao Córrego dos Poldros. Além dos conflitos, identificou-se também a presença de seis Pequenas Centrais Hidrelétricas (PCHs) localizadas no Ribeirão Fetal (PCH Pinduca, PCH Cupim, PCH Pedras, PCH

Poldros, PCH Nova 1 e PCH Nova 2). Uma terceira área de conflito, ao sul, aparece, porém, na divisa do município de Unai, município com a maior quantidade de pivôs de irrigação do Brasil.

Quando essas áreas de conflitos de uso da água são sobrepostas às áreas dos assentamentos rurais, identifica-se o assentamento Nova Itália dentro da área de conflito e o assentamento Hugo Herédia, na borda da segunda área identificada. Ao Sul, os assentamentos Gado Bravo e assentamento Vanderlei Ribeiro dos Santos, estão próximos à terceira área de conflito de uso da água identificados no município.

No entanto, ao confrontar as áreas de conflito identificadas pelo IGAM, aos relatos descritos em campo e as citações nas denúncias, os mesmos vão além dos identificados pelo referido órgão. Conforme descrição nas denúncias e visitas de campo, a crise e os conflitos estão presentes em mais áreas que as identificadas pelo órgão ambiental.

As denúncias e ações são de diversos tipos, com envolvimento de diversos órgãos, iniciando suas representações junto às instituições responsáveis, conforme sistematização de documentos do ano de 2013 até o ano de 2018, embora nas entrevistas, tenha-se afirmado que as denúncias continuam e há previsão de outras articulações dos assentados.

Em um dos casos, os assentados explicam que quando perguntados, nas poucas possibilidades de comunicação que tiveram sobre as barragens em situação de tentativa de mediação dos conflitos, os proprietários afirmam ter liminares para a execução das obras de barramentos dos cursos d'água e instalação dos sistemas de irrigação. Nesse mesmo documento, são apontados os locais de construção de barramentos, os proprietários e os locais impactados: assentamentos União, Formosinha, Mãe das Conquistas e Vida Nova, afirmando que, todos que vivem nesses assentamentos dependem dessas águas que estão sendo barradas.

Se não tiver água, os assentamentos acabarão. As pessoas têm comprado água para consumir, para beber e produzir. Os prefeitos são coniventes porque têm suas campanhas financiadas por eles. A situação é de iminente conflito. Trabalhadores acampam próximo às fazendas como forma de protesto e os infratores armaram-se e alegam que aqueles querem invadir para ocupar terra, o que não é verdade (COMDHURU, 2016, s/n).

Junto às denúncias, um relatório fotográfico de 24 (vinte e quatro) fotos, detalha as obras e seus impactos, em diferentes períodos do ano, pois com as variações pluviométricas da estação seca, a situação se agrava drasticamente, inclusive comprometendo o abastecimento urbano do município de Buritis e outros municípios da bacia hidrográfica do rio Urucuia.

Em outra denúncia, essa encaminhada à Promotoria de Justiça na Comarca de Buritis, membros do COMDHURU, relatam que as barragens clandestinas tem aumentado no município, assim como o uso de agrotóxicos, fazendo com que a invasão de pragas, como a mosca branca, comprometa os demais cultivos do entorno às fazendas, como também é citado o aumento nos números de casos de pessoas com câncer e a contaminação da água por essas substâncias.

As barragens construídas são realizadas com intervenções drásticas nas Áreas de Preservação Permanente (APP), incluindo: nascentes, leitos dos rios, retirada da mata, aprofundamento do leito para implantação da piscina da barragem e ladrão de água, por onde ocorre o escoamento, que é controlado. Em outros casos, estruturas de grande porte de captação, com bombas de sucção são instaladas no leito dos rios, diretamente. Os documentos afirmam que os pivôs são para irrigação de cultivos de soja, milho e café.

No mês de julho de 2016, na 1.005ª. Reunião da Comissão Nacional de Combate à Violência, realizada em Brasília, outros assentamentos são citados no documento: Santa Mônica, Independência e Vila Rosa, além dos citados no documento anterior, totalizando sete assentamentos sendo impactados por esse processo de apropriação e privatização da água no município de Buritis. Nessa reunião foram encaminhadas decisões a fim de mediar a situação de conflitos, já que representante da Agência Nacional de Águas (ANA) presente, afirmou que havia 32 (trinta e duas) outorgas e que não havia denúncia com a referida fazendeira acusada da captação. Os representantes dos órgãos ambientais e agrários se comprometeram em vistoriar, e monitorar as outorgas já concedidas e as retiradas de água sem outorga.

No ano de 2017, segundo os relatos e as denúncias, a situação se agravou diante da baixa pluviosidade na região e as intervenções nos copos d'água, já que passaram a avançar para as cabeceiras e nascentes do Rio Urucuia. No documento do COMDRHU, de 09 de outubro de 2017, destinado à Procuradora Geral da República, são listados vinte e dois (22) córregos e ribeirões que sofreram intervenções e barramentos nos últimos quinze anos, sendo destes, dezenove (19) localizados no

município de Buritis, os demais em Uruana de Minas e Formoso. É reforçado, inclusive que essa listagem parte de Buritis e, portanto, dá foco ao município, mas que a bacia do rio Urucuia é composta de outros municípios que também estão passando por situações semelhantes.

As ações de barramentos não são recentes, conforme apontado nos documentos, mas se intensificaram graças à modificação do uso do solo, avanço de plantio dos grãos, e do acesso aos sistemas de irrigação na região. O documento aponta o número de oitocentas (800) famílias no município de Buritis afetadas diretamente com a crise hídrica e sinaliza que estas denúncias já estão sendo feitas há mais de dois anos, sem resposta e providência do poder público, graças a conivência de políticos e empresários com os setores vinculados ao agronegócio, em detrimento da população local.

A mesma denúncia, mais sucinta, mas com o mesmo teor e conteúdo, é novamente apresentada na Câmara Municipal de Buritis em fevereiro de 2018, e em junho de 2018 uma denúncia é realizada junto à Polícia Militar de Meio Ambiente, conforme pode ser observado na Tabela 1.

Tabela 1 – Compilação de ações e denúncias relacionadas a barragens, outorgas e danos ambientais aos recursos hídricos em Buritis, MG (2013-2018).

Documento	Tipo de documento/ação	Remetente	Destinatário	Conteúdo	Data
1	Ofício	FETRAF	Secretário de Meio Ambiente do Estado de Minas Gerais	Denúncia de crimes ambientais nos limites de Buritis e Arinos, na cabeceira do córrego Confins	10/07/2013
2	Termo de depoimento coletivo	Comitê de Defesa da Bacia Hidrográfica do Rio Urucuia	Procuradoria da República em Paracatu	Uso abusivo da água por proprietários rurais no Rio Urucuia	18/02/2016
3	Ofício - Denúncia	Comitê de Defesa da Bacia Hidrográfica do Rio Urucuia	Promotoria de Justiça da Comarca de Buritis - MG	Denúncia de retirada da vegetação, construção de reservatório e uso de agrotóxico comprometendo manancial de abastecimento rural e urbano	22/06/2016
4	Ata de Reunião	Reunião da Comissão Nacional de Combate à Violência no campo-Ouvidoria Agrária Nacional	Informação não disponível	Questionamento sobre as outorgas concedidas pela Agência Nacional de Águas para uso da água do rio Urucuia devido aos prejuízos causados aos trabalhadores rurais e assentados	04/07/2016
5	Comunicação externa	Companhia de Saneamento de Minas Gerais (COPASA)	COMDRU	Resposta de ofício anteriormente encaminhado a respeito de piscinão de captação em Buritis	15/08/2016
6	Ofício - Denúncia	Comitê de Defesa da Bacia Hidrográfica do Rio Urucuia	Procuradoria Geral da República	Comunicação de barramentos nos Córregos Ribeirões, Rios e Veredas	09/10/2017
7	Ofício - Denúncia	Câmara Municipal de Buritis – Vereadora Camila Almeida	Procuradoria Geral da República	Comunicação de barramentos nos Córregos Ribeirões, Rios e Veredas	20/02/2018
8	Ofício	Câmara Municipal de Buritis – Vereadora Camila Almeida	Polícia Ambiental	Comunicação de denúncias de barragens no Córrego Rabicho e no córrego Confins	18/06/2018

Fonte: Documentos cedidos pela Prefeitura Municipal de Buritis/MG. Elaborado por Gualdani (2019).

Dessa maneira os assentados que possuem condições naturais propícias, condições financeiras ou ainda conhecimentos técnicos, buscam soluções próprias e constroem estruturas rústicas de captação de água subterrânea, conhecidas na região como cisternas, conforme Figura A e B e C. Entretanto nem toda família, dispõe em suas terras de acesso ao lençol freático ou recursos para a construção destas tecnologias, dependendo de pessoas e situações diversas para no mínimo obter água para beber e para as atividades domésticas básicas, tendo que armazenar as mesmas em diferentes situações e estruturas, como demonstrado na Figura D.

Composição de imagens: Estruturas de captação de água subterrânea e armazenamento de água



Figura A



Figura B



Figura C



Figura D

Fonte: acervo da autora

Nos relatos das famílias de assentados, foram verificadas parcerias com fazendeiros do agronegócio, como os produtores de grãos que dispõe de recursos, maquinário e equipamentos para garantir a água em situações bastante diferenciadas dos assentados. Tais parcerias, segundo os entrevistados, ao mesmo tempo que viabilizam a manutenção destas famílias nos lotes assegurados

pelos programas de reforma agrária, por outro lado, não geram autonomia destas famílias, fator esse crucial para os movimentos de luta pela terra para a segurança hídrica e para a produção de alimentos.

Enquanto em alguns assentamentos a água não é um problema cotidiano, em outros há desafios diários para a garantia de atividades domésticas básicas. No entanto, em nenhuma das visitas foi assegurada uma tranquilidade no acesso à água pelos camponeses, mesmo naqueles que não tem problemas diretos, as afirmações de todos é que acessar água hoje no município é mais difícil ou em menor quantidade que antigamente, referindo-se em média há duas décadas atrás.

Os sistemas de distribuição identificados, estão geralmente captando água de nascentes e veredas, sendo algumas nascentes localizadas nas chamadas “serras” e são canalizados a partir de tubulações azuladas identificadas nas estradas e que chegam até a entrada de cada lote. Também foi identificado o mesmo sistema de distribuição, mas com a água sendo retirada de poços artesianos e distribuída da mesma forma.

Mesmo nos assentamentos que possuem esse sistema, há casos de insegurança hídrica, devido ao não atendimento das demandas de todos assentados. Foram citadas situações em que a água vem diminuindo após a instalação de barragens que foram realizadas no município, não atendendo a necessidade de todos, assim como conflito entre as demandas dos próprios assentados. Enquanto alguns possuem cabeças de gado que necessitam da água para dessedentação, outras famílias ficam sem água para necessidades domésticas básicas. A diversidade de usos e a inexistência de um gerenciamento coletivo a partir das demandas e ofertas, complexifica a situação.

Uma das questões verificadas em áreas rurais, e muito comum na região, é que mesmo havendo água disponível não há estruturas de distribuição ou estruturas de armazenamento. A água para manutenção de atividades domésticas básicas, higienização e dessedentação animal e pequenos cultivos, também conhecidos como quintais produtivos, aqueles em volta da casa, depende do acesso e do armazenamento de uma quantidade que deve estar acessível à família no dia a dia, assim muitos vasilhames e estruturas são adquiridas ou construídas para esses usos e puderam ser identificadas em campo.

Dessa forma o que se pode verificar no município, são duas territorialidades distintas, onde a monocultura de grãos irrigada com acesso aos recursos hídricos, barramentos de rios e uso de equipamentos de ponta, contrasta com os assentamentos da reforma agrária, onde famílias relataram que por vezes ficam sem água para suas atividades domésticas básicas por até 15 dias, especialmente

nos períodos de estiagem, ou seja, os espaços de exclusão conforme apontam os autores, continuam a reproduzir a mesma lógica de perpetuação de pobreza e não garantia de acesso à direitos básicos, no caso, a água para parte significativa de assentados da reforma agrária.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A territorialização do capital no campo, a partir da modernização conservadora e concentrada à determinados territórios, grupos e gêneros produtivos, vem acentuando desigualdades históricas mesmo com intervenções públicas, que teoricamente, visam a desconcentração de terras e riquezas, como os assentamentos da reforma agrária.

Regiões de modernização agrícola voltadas às demandas do mercado internacional, tem acirrado a disputa por recursos naturais, terras e territórios culminando na violação de direitos básicos, como a garantia de água para consumo das famílias dos assentamentos rurais.

Entende-se que o acesso à água e alimentação são características básicas e de sobrevivência, que estão na base de uma territorialidade camponesa, onde relações de poder e de confiança se estabelecem para que ambas sejam atendidas, sendo em última instância também características que os desterritorializam quando não atendidas em suas demandas básicas.

Dito isso, foi identificado que mesmo em um município com altíssima disponibilidade hídrica, subterrânea e superficial, há famílias assentadas com dificuldade de acesso permanente de água para atividades domésticas básicas e em diferentes graus de acesso para garantir e dinamizar a produção de alimentos e criação de animais.

O desenvolvimento desigual e concentrado, aliado à diversidade de paisagens e sistemas produtivos, gera um caleidoscópio de situações de acessos para a garantia desse bem vital, não podendo ser generalizada nenhuma afirmação sem uma contextualização e espacialização mais precisa de cada assentamento, embora já identificado e espacializado pelos órgãos públicos, algumas das áreas onde há conflitos por água. Nesse sentido, afirma-se que a água é prioritariamente acessada para a produção de grãos em detrimento da produção de alimentos pela agricultura familiar.

A partir da não garantia de acesso à água, os assentados se veem sujeitos a práticas e trocas desiguais e desvantajosas muitas vezes, com representantes do agronegócio, como a parceria ou o arrendamento de suas terras, incluindo o plantio de grãos, sendo opções de garantia e permanência,

porém com sua autonomia comprometida pela falta de oportunidades e acessos não plenamente garantidos e em outros casos violados.

REFERÊNCIAS

CARTER, M. (Org.) Combatendo a desigualdade social: o MST e a reforma agrária no Brasil.

Tradução de Cristina Yamagami – São Paulo: Editora UNESP, 2010. 564p.

Comitê de Defesa da Bacia Hidrográfica do Rio Urucuia (COMDHURU.) Documento de compilado de denúncias e relatos dos agricultores afetados pelos barramentos de água no município de Buritis. Documento interno. 2016.

DAVID, Maria Beatriz de Albuquerque; WANIEZ, Philippe; BRUSTLEIN, Violette. Atlas dos beneficiários da reforma agrária. Estudos Avançados, v. 11, p. 51-68, 1997.

ELIAS, Denise. A Reestruturação produtiva da agropecuária e novas regionalizações no Brasil. In: Alves, V. E. L. (Org.) Modernização e regionalização nos cerrados do centro-oeste do Brasil. Rio de Janeiro. Consequência Editora. 2015.

FERNANDES, Bernardo Mançano. Movimentos socioterritoriais e movimentos socioespaciais: contribuição teórica para uma leitura geográfica dos movimentos sociais. Revista Nera, n. 6, p. 14-34, 2005.

FERREIRA NETO, J.A. et all. (2009). Assentamentos rurais e desenvolvimento socioeconômico: uma análise do Noroeste de Minas Gerais, Belo Horizonte. Viçosa. FAPEMIG.

FREDERICO, Samuel. As cidades do agronegócio na fronteira agrícola moderna brasileira. Caderno Prudentino de Geografia, Presidente Prudente, n. 33, v. 1, p. 5-23, 2011.

GIRARDI, E. P.; Fernandes, B. M. (2008) A luta pela terra e a política de assentamentos rurais no Brasil: a reforma agrária conservadora. AGRÁRIA, São Paulo, Nº 8.

GUANZIROLI, Carlos Enrique. Agricultura familiar e reforma agrária no século XXI. Editora Garamond, 2001.

HARVEY, David. Espaços de Esperança. São Paulo: Edições Loyola. (4a Ed.). 2011

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). Atlas do Desenvolvimento Humano. Disponível: <http://atlasbrasil.org.br/2013/> Acesso em maio de 2016.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/mg/buritis/panorama> Acessado 17/08/2021.

INSTITUTO MINEIRO DE GESTÃO DAS ÁGUAS. SECRETARIA DO ESTADO DE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL (IGAM). Unidade de Planejamento e Gestão de Recursos Hídricos do Rio Urucuia. SF8. Disponível em:

<http://www.igam.mg.gov.br/images/stories/mapoteca/Mapas/PNG/sf8-rio-urucuia.png>. Acesso em: 12/08/ 2019.

INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA (INCRA). Assentamentos. Disponível em: <http://www.incra.gov.br/assentamento>. Acessado em 24/01/2018.

LIMA, Jorge Enoch Furquim Werneck. Situações e perspectivas sobre as águas do Cerrado. *Ciência e Cultura*. vol.63. no.3. 2011. São Paulo.

DE MATOS, Patrícia Francisca; PESSÔA, Vera Lúcia Salazar. A apropriação do cerrado pelo agronegócio e os novos usos do território. *Revista Campo-Território*, v. 9, n. 17 Abr., p. 6-26, 2014.

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE À FOME (MDS). Acesso à Água. <http://mds.gov.br/assuntos/seguranca-alimentar/acesso-a-agua-1> Acessado em 13/03/2018.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. Geografia Agrária e as transformações territoriais recentes no campo brasileiro. In: CARLOS, A. F. A. (org.) *Novos caminhos da geografia*. São Paulo. Contexto. p. 63-110/1999.

RIBEIRO, Wagner Costa. *Geografia política da água*. Annablume Editora, 2008.

SANTOS, Milton. Modo de produção técnico-científico e diferenciação espacial. *Revista Território*. Ano IV, n. 6, p. 5-20, 1999.

SANTOS, Milton; SILVEIRA, Maria Laura. *O Brasil: território e sociedade no início do século XXI*. 2008.

SHIVA, V. *The violence of the Green Revolution*. Zed Books. 1993. 263 p.

SOUZA, Bruno de Oliveira. Estimativa da demanda hídrica potencial na irrigação por pivô central na bacia do Rio Urucuia utilizando índice vegetação NDVI. 88 p. 2016.